

3.1. Origem do Povoamento

As ilhas habitadas do Arquipélago da Madeira, começaram a ser povoadas nos primeiros anos de ocupação. Sendo a Ribeira Brava é uma das mais antigas povoações da ilha da Madeira, tem a sua história ligada segundo Frutuoso (1925), a “uma ribeira cujas águas no passado atravessavam o velho aglomerado” tendo ao longo dos tempos sido desviada mais para a Oeste.

Segundo alguns relatos da época, como vimos atrás, o concelho deve o seu nome à ribeira: “ A ribeira he tão furiosa quando enche, que algumas vezes leva muitas casas e faz muito damno, por vir de grandes montes e altas serras, e por ser desta maneira, lhe vieram a chamar brava” (Frutuoso, 1925). Desde cedo se denota a consciência do risco, a atribuição de “brava” à ribeira deste lugar, indica-nos claramente o conhecimento do perigo que as suas águas podiam criar.

Começada a povoar nos inícios do século XV, entre o primeiro e o segundo quartel, foi das primeiras freguesias da ilha, criada na sequência das do Funchal e Machico, pouco depois da morte do infante D. Henrique em 1460.

A Ribeira Brava no contexto das restantes freguesias da ilha assentou no aspecto de ser um nó de comunicação, e pelo facto de ser servida por um razoável porto. Ainda “nos princípios do século XIX, era mais rentável aos habitantes de São Vicente e de outras povoações do Norte da ilha atravessarem a mesma pelo estreito da Encumeada e Serra de Água com os seus produtos, principalmente vinho e embarcarem na Ribeira Brava, do que o fazerem no Norte da ilha” (Ribeiro, J., 1998).

3.2. Ocupação do Espaço e Forma de Povoamento

O território é o espaço sob o qual o homem actua, alterando-o em função das suas necessidades. Os territórios não são homogéneos, pois cada território tem as suas diversidades internas. Os modos e as formas de ocupação do território têm-se alterado ao longo dos tempos. As transformações que se têm vindo a registar na organização e estruturação das economias e das sociedades em geral, têm contribuído para intensos processos de reconfiguração espacial, os quais mais não são do que o reflexo das necessidades de ajustamento do território às alterações funcionais, quer dos espaços urbanos, quer dos espaços rurais. A Madeira e, neste caso particular, o concelho da Ribeira Brava não foi excepção.

Contudo, não podemos esquecer que a ocupação do espaço, essencialmente quando não obedece ao ordenamento do território, pode agravar situações de risco. No caso da Ribeira Brava, a crescente ocupação do leito da ribeira, veio sem dúvida, aumentar a exposição ao risco de inundação ou de aluvião, bem como, em algumas áreas que veremos mais à frente, aumentar a exposição ao risco de movimentos de vertente.

A paisagem madeirense é uma obra que ao longo dos tempos o povo soube progressivamente construir, com grande esforço. Apesar de resultar de uma natureza difícil, encontra-se num equilíbrio frágil que exige constantes esforços e despesas de manutenção. Por esse motivo, receia-se que este equilíbrio esteja hoje seriamente ameaçado, contribuindo desse modo para o aumento de áreas de risco.

Os madeirenses “apertados” entre o Atlântico e as montanhas vulcânicas, tiveram engenho e forças para edificar uma soberba paisagem agrária, que ainda hoje se mantém viva sobre lombos, achadas e arribas difíceis de percorrer.

A paisagem rural madeirense, escadaria gigantesca de leiras miúdas, deve ser olhada como um monumento erigido por gerações sucessivas, à custa de muito suor e não poucas vezes de sangue e vidas perdidas. A armação dos socalcos e a abertura das levadas para o transporte de água são grandes obras do património da humanidade. “Para edificar os poios foi preciso partir o basalto e esboroar os tufos vulcânicos. Pedra sobre pedra foram construídos muros. O solo transportado às costas por íngremes caminhos de pé posto foi enchendo os férteis tabuleiros, que criam comida e bebida” (Ribeiro, J., 1998).

A água trazida do Norte ou do interior da ilha, na escuridão de extensos túneis e em aquedutos traçados nos abismos, mudou a paisagem de vastas áreas que, desde sempre foram palco da agricultura de sequeiro, como a freguesia do Campanário, que verdejou com a água da levada do Norte.

A pequenez das parcelas (que mais parecem quintais meticulosamente cuidados apenas com trabalho manual) e a falta de acessibilidade (ainda hoje é preciso transportar às costas por longas e íngremes escadarias os produtos da terra) são factores que têm contribuído para o abandono de muitas explorações e, como já referido, para fomentar situações de risco.

No concelho da Ribeira Brava, tal como por toda a ilha, as casas isoladas pigmentam os minifúndios ou dispersam-se de forma ordenada quando as parcelas de terra se localizam à beira das estradas e velhos caminhos. Como excepção à regra podemos apontar a pequena povoação da Serra de Água. No entanto, esta, à semelhança de outras pequenas aglomerações que se esboçam em torno de algumas igrejas e capelas, não são suficientes para alterar o modelo de dispersão do povoamento, uma das marcas da paisagem rural madeirense.

Escasseiam dados que nos permitam caracterizar, nos primeiros séculos, o tipo de povoamento da Ribeira Brava. Contudo e recorrendo às poucas fontes/dados existentes neste domínio, tentaremos caracterizá-lo.

Junto à foz da Ribeira Brava existiam condições de acostagem de pequenos barcos de navegação local. Foi aí que nasceu o povoado do Concelho da Ribeira Brava, tendo-se a população dispersado pelas margens da Ribeira.

Os interflúvios, chamados vulgarmente na Madeira por Lombos ou Lombadas, são as terras mais propícias para a agricultura, o que atraiu os camponeses a fixarem-se aí, disseminando-se por entre as suas explorações agrícolas.

Com o aumento crescente da população, a Ribeira Brava foi elevada a concelho em 1914 e finalmente a Vila em 1928.

Campanário, Serra de Água e Tabua juntamente com a da Ribeira Brava, são as freguesias do concelho (figura 3).

Os núcleos populacionais do Campanário, da Tabua, da Ribeira Brava e, conseqüentemente, da Serra de Água “formavam uma “espécie” de conjunto de lugares, que, desde os primórdios do povoamento, tinham como uma “espécie” de capital a referida Ribeira Brava. Apesar da diversidade do relevo e da especificidade de cada local, o arroteamento da terra andava ligado às famílias que se foram fixando e, no fundo, ao sucesso ou mesmo aos problemas que se cruzavam ou eram comuns” (Ribeiro, J., 1998).

Alguns povoadores tomaram a iniciativa de desbravar a floresta, fazer algumas queimadas, construir paredes para sustentar os terrenos mais inclinados e claro está, depois de preparado o solo, lançar a semente. Depressa veio a produção e “todos diziam que a Divina Providência era bondosa, devido à abundância das colheitas” (Ribeiro, J., 1998). Foram os cereais que, associados à extracção de madeiras, conduziram esta primeira fase num processo de ocupação da terra.

A meados de quatrocentos, optou-se por uma cultura mais procurada e tais iniciativas lograram um grande sucesso. “Foi a cana-de-açúcar que veio a tornar os povoadores opulentos, e reivindicativos” (Ribeiro, J., 1998). “No século XV entendia-se também por Ribeira Brava o território até ao fundo do vale daquele curso de água por onde foi distribuído um punhado de povoadores que viviam como que acantonados, subsistindo daquilo que a natureza é tão grata em dar: lenhas e madeiras” (Ribeiro, J., 1998). Umas e outras eram indispensáveis ao labor do açúcar e ao traçado urbano que se vinha delineando nas zonas ribeirinhas.

Das três freguesias litorais, a Ribeira Brava tornou-se, desde o início do povoamento, a mais importante. Sempre figurou em instâncias superiores, apresentando as suas reclamações em nome da Tabua, do Campanário e até mesmo da Serra de Água. Pouco conhecemos dos seus primórdios, mas reparamos que no princípio de novecentos, a Ribeira Brava ocupava um lugar de destaque na Costa de Baixo. Os cargos inevitáveis a um lugar em franco crescimento foram sendo ocupados por “homens bons” que passaram a fazer parte do corpo camarário.

A Ribeira Brava, ou melhor, o espaço que tinha esta localidade como cabeça de concelho foi-se tornando, a pouco e pouco, muito produtivo. Para além do açúcar, muitos outros géneros excedentários à população local eram comercializados para o Funchal. A Ribeira Brava tornou-se assim no porto de escoamento destas localidades.

Campanário, foi uma terra de cereais (trigo, centeio) e castanheiros. Hoje os cereais não têm tanta importância e os castanheiros são poucos. Na Fajã dos Padres, que outrora pertenceu à Companhia de Jesus, ainda se produzem as afamadas castas de vinhos sercial e malvasia, apreciadas desde há muito por estrangeiros e locais.

A freguesia da Tabua criada em 1570, começou a formar-se em redor de uma capela dedicada à Santíssima Trindade.

A Ribeira Brava, apesar de ser um concelho rural criado recentemente, com um litoral riquíssimo, é motivo de grande interesse para todos que nos visitam e até para muitos dos jovens residentes no concelho.

A orografia do concelho cria grandes dificuldades de acesso. O vale que se estende da Ribeira Brava até à Serra de Água foi, desde o princípio do século, privilegiado como eixo de ligação com a Costa Norte. Há muitos anos, a parte litoral do concelho também manteve a sua ligação ao Funchal, necessária à exportação dos produtos da terra. Porém, nas zonas altas, devido ao acentuado declive, os moradores continuaram durante décadas, a carregar os géneros da terra às costas.

Muitos foram aqueles que emigraram, atendendo às dificuldades que a vida lhes impunha. Hoje, encontram-se distribuídos pelos quatro cantos do mundo. Muitos deles tiveram sucesso e regressando vieram engrandecer o concelho. Outros, porém, porque a vida no estrangeiro não lhes correu da melhor maneira, continuam a adiar o seu regresso para uma melhor oportunidade. Alguns ainda regressam, com os poucos recursos que têm, à espera de conseguir hoje, no concelho uma melhor qualidade de vida.

3.2.1. Povoamento na Ribeira Brava

Nos finais do século XVII e princípios da centúria seguinte, a sociedade da Ribeira Brava estava estruturada de modo bem diferente dos séculos anteriores. Em termos gerais, esta havia deixado de ser mercantil e interligada a uma economia açucareira, de muita procura, para se tornar sobretudo agrária, assente em culturas de inferior implantação no mercado internacional.

A localidade da Ribeira Brava e as freguesias vizinhas foram crescendo, ao longo do século XVII e XVIII e mesmo do XIX, uma vez que se foi iniciando a plantação de novos géneros agrícolas. Nas partes altas, para além dos cereais, também a castanha, a noz, a cereja, e por último a batata (conhecida entre os madeirenses por semilha) faziam parte da ementa alimentar. O gado, tanto o criado em estábulo como o dos pastos, foi enriquecendo a economia rural. Estes géneros, juntamente com os outros produzidos a uma cota mais baixa, como seja o vinho, eram trazidos para o porto da Ribeira Brava sendo aí comercializados e exportados para o Funchal. Desta forma, esta localidade ribeirinha foi crescendo.

As directrizes dadas aos habitantes para corrigirem o leito da ribeira e a possibilidade de na Ribeira Brava se poder traficar directamente com barcos de grande porte, contribuiu em muito para o seu crescimento.

Esta localidade cresceu à volta de uma economia forte, criando-se todos os meios necessários à sua subsistência, não só do ponto de vista espiritual como também noutros aspectos das necessidades do dia a dia.

Desde cedo, se tornou terra próspera. Gaspar Frutuoso (1925) referia que era em 1583 “uma fresca quinta onde os moradores da cidade acham e lhes vai melhor trigo, frutas, caças, carnes e mais abundância, que há em toda a ilha e pudesse com razão chamar celeiro do Funchal”.

Os povoadores dos finais do século XV eram na verdade daqueles que ocuparam com sucesso as terras e as tornaram muito produtivas, trazendo assim a prosperidade. Destes homens muitos permaneceram na Ribeira Brava, outros, porém, com o declínio da economia açucareira, foram à procura de novas paragens.

O lugar da Ribeira Brava estende-se, desde os primórdios, na margem esquerda da Ribeira do mesmo nome.

Nesta vila cruzavam-se, tanto os povos vindos da Serra de Água e do Norte, como os vindos da Costa de Baixo, com os oriundos de São João da Ribeira Brava, os do Campanário e mesmo os transeuntes vindos do Funchal, por terra ou por mar.

A vila da Ribeira Brava efectivou-se, assim como um lugar bem animado nas transacções comerciais e mesmo nos contactos mais variados entre as populações. Daí que, desde tempos recuados e apesar de ainda não ser sede de concelho, tinha uma vida própria com as suas ruas bem definidas e movimentadas.

A emigração não é facto recente, já nesta altura a população ribeirabravense saía à procura de uma vida melhor ou para a cidade ou para a “metrópole”. “Os mercadores rurais desapareceram das vilas e o mercado interno passou a depender de outros comerciantes mais opulentos e numa grande parte dos casos, de nacionalidade estrangeira” (Ribeiro, J., 1998). Em suma, os campos ficaram entregues a si próprios e a uma economia de subsistência, dando origem, a uma sociedade estruturada de uma forma bem distinta daquela que se vivia em quinhentos.

Passado um século, a Ribeira Brava já tinha passado por grandes transformações e as casas, durante esse tempo, continuavam a aglomerar-se pelas ruas bem demarcadas. Muitos dos senhores das terras cansados de viver junto das suas propriedades nos campos, vieram para sítios mais cómodos junto ao mar.

Hoje, a Vila da Ribeira Brava está bem diferente (como podemos constatar pelas fotografias que a seguir se apresentam), para o bem e para o mal. A crescente ocupação humana, tem-se revestido claramente de uma grande exposição ao risco, logo, por um incremento da vulnerabilidade.



Figura 16 – Ribeira Brava em 1921. Gravura de J.Bulwer
Fonte: Ribeiro, João (1998)

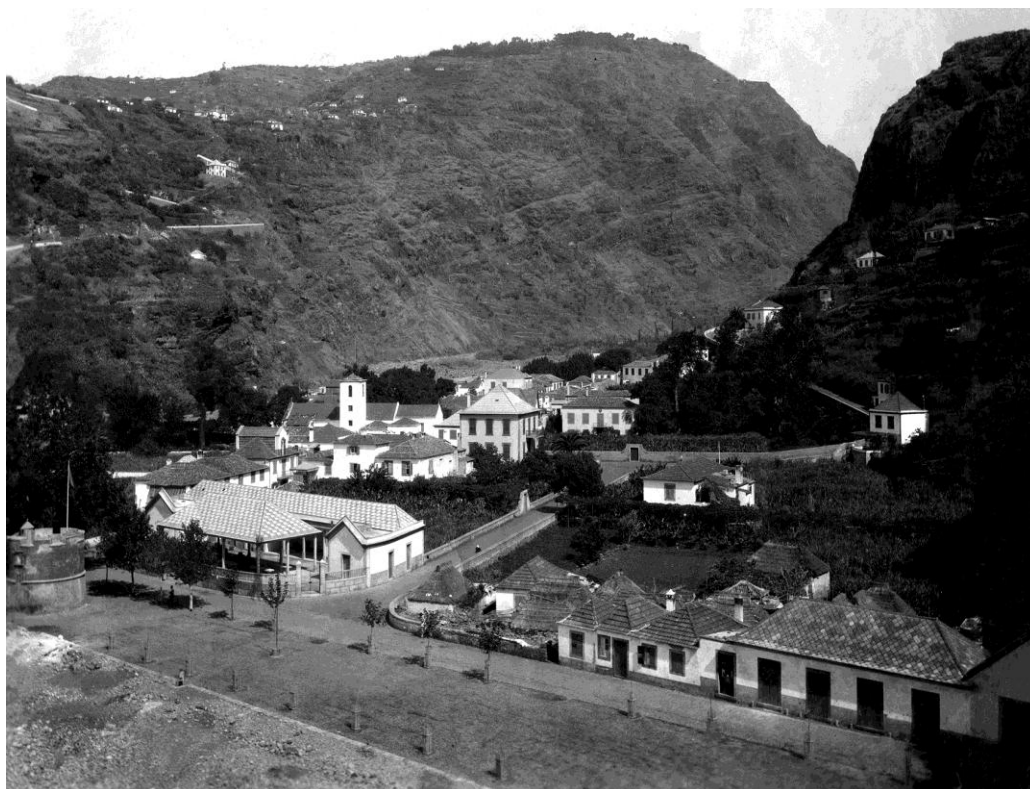


Figura 17 – Marginal da Ribeira Brava
Fonte: Ribeiro, João (1998)



Figura 18 – Vista do vale da Ribeira Brava
Fonte: Ribeiro, João (1998)



Figura 19 – Vista do vale da Ribeira Brava
Fonte: Desconhecida (Foto cedida por Sidónio Pio)



Figura 20 – Vista da Marginal da Vila da Ribeira Brava 1998



Figura 21 – Vista do vale da Ribeira Brava, 2008

3.2.2. Povoamento do Campanário

O povoamento do Campanário apresentou algumas particularidades. Os primeiros senhores das terras tê-las-ão vendido porque a produção não era muito vantajosa. Ou, talvez por não quererem submeter-se ao esforço que o arroteamento do solo exigia. Na verdade, o problema do Campanário era a falta de água para o regadio das primeiras plantações e, conseqüentemente, quando o ano não era chuvoso a produção poderia ser muito escassa.

Ao contrário de outras localidades, surgem, neste caso, “mulheres no seu povoamento o que contraria um pouco a ocupação madeirense habitual” (Ribeiro, J., 1998). Para colmatar a falta de água, fizeram-se poços para represar água e até abriram pequenas levadas de forma a aumentar a produtividade.

Poderíamos dizer que os primeiros povoadores do Campanário desistiram do arroteamento das terras, porque este não foi lucrativo “devido à falta de água para regadio, à falta de um local próximo para moer a cana ou, mesmo ainda, à falta de empenho dos trabalhadores” (Ribeiro, J., 1998). Numa segunda fase, ainda no século XV, o facto de se ter ali instalado um engenho e também a captação de águas fez melhorar a situação do meio, não

tardando que o Campanário atingisse uma certa prosperidade e isto tudo sob ordem das “Senhoras da terra”.

A partir de então esta freguesia tem crescido à semelhança das outras freguesias do concelho, como podemos ver pelas fotografias que seguidamente se apresentam.



Figura 22 – Campanário
Fonte: Arquivo Regional da Madeira



Figura 23 – Campanário, 2009

3.2.3. Povoamento da Tabua

Na Tabua o povoamento ocupa as duas margens da Ribeira do mesmo nome, onde a água chega com certa facilidade.

O lugar foi prosperando e, por volta de 1495, estabeleceu-se um engenho para cana-de-açúcar. Para além do engenho, os primeiros povoadores, foram conquistando terrenos às escarpas e montanhas, traçando muitas paredes para sustentarem o espaço arável e mesmo rasgando levadas.



Figura 24 - Tabua

Fonte: Arquivo Regional da Madeira



Figura 25 – Tabua, 2009

Hoje, o engenho já não labora e o abandono dos campos é uma realidade, com claro prejuízo para a paisagem e fomentando o risco de derrocadas e/ou aluviões.

3.2.4. Povoamento da Serra de Água

Dada de sesmaria a um dos descendentes de Zarco, esta localidade, foi durante muitos anos, abundante em madeiras, ao contrário das localidades ribeirinhas, onde encetaram com sucesso a cultura sacarina. O próprio nome indica o labor de um engenho de serração movido a água, que transformou, durante muitos anos, rolos de madeira em tabuado.

Este lugar era dos mais pequenos do concelho e mesmo depois de se ter instalado na Serra de Água uma nova paróquia, em 1676; hoje continua a ter poucos habitantes. As notícias da época permitem-nos inferir sobre a forma como a sua população se distribuía, debaixo daqueles “assombrosos penedos”, até finais do século XVIII.



Figura 26 – Serra de Água 2009

“Aqui juntaram-se um punhado de agricultores, que poderiam tirar da terra grandes dividendos, mas o declive da mesma não o permitia. Só depois de um intenso labor na construção de paredes é que a Serra de Água se viria a tornar num lugar fértil, onde surgiam

os cereais em abundância, as cidreiras nas beiras dos poios, os inhames nas fontes e margens das ribeiras e pelas encostas já desflorestadas, começaram a surgir os castanheiros, as noqueiras e até as cerejeiras” (Ribeiro, J., 1998).

Apesar de se verificar o abandono dos campos, como em outros locais, a Serra de Água mantém alguns dos traços do passado.

3.3. Aspectos Sócio – Económicos

3.3.1. População Residente

Os dados sobre a população da Ribeira Brava durante o século XV ou mesmo até meados do século XVI são escassos. No entanto, documentos isolados constataam um crescimento “surpreendente” da população deste lugar que, evidentemente, foi acompanhado pelo sucesso da cultura sacarina e do labor do engenho do Concelho.

Infelizmente, não possuímos censo para os séculos XVII e XVIII. Desta forma, não poderemos saber qual o crescimento real da população. Recuando no tempo, verificamos que o número de população de cada freguesia registava um aumento de dia para dia. “No limiar do século XVI, mais precisamente em 1598, o Campanário tinha cerca de 510 habitantes; a Ribeira Brava 756 e a Tabua 264 habitantes” (Ribeiro, J., 1998). Se atentarmos ao gráfico 4, que se segue, ficamos com uma ideia de como se processou o crescimento desde 1811 até 2001.

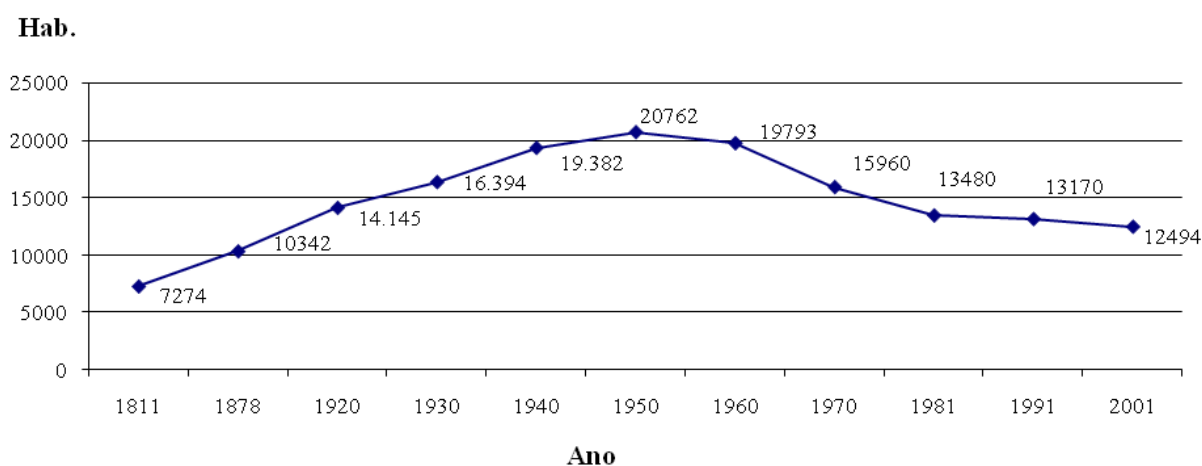


Gráfico 4 - População Total Residente no Concelho da Ribeira Brava

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Até 1811 a população do Concelho e suas freguesias conheceu um certo crescimento. De 1811 até 1950 conheceu um rápido crescimento, passando de 7274 habitantes em 1811

para 20762 em 1950. A partir de então, a população começou a decrescer, tendência que se verifica nos nossos dias (2001).

Esta tendência para a redução da população do Concelho prende-se com a emancipação da mulher e a introdução dos contraceptivos, entre outros aspectos. No entanto, no Concelho, podemos asseverar que este decréscimo a partir de 1950, deve-se essencialmente à emigração. Muitos foram aqueles que abandonaram as suas terras e rumaram em outras direcções na esperança de uma vida melhor.

Deste modo, e para compreendermos a evolução da população no concelho, analisemos o gráfico seguinte.

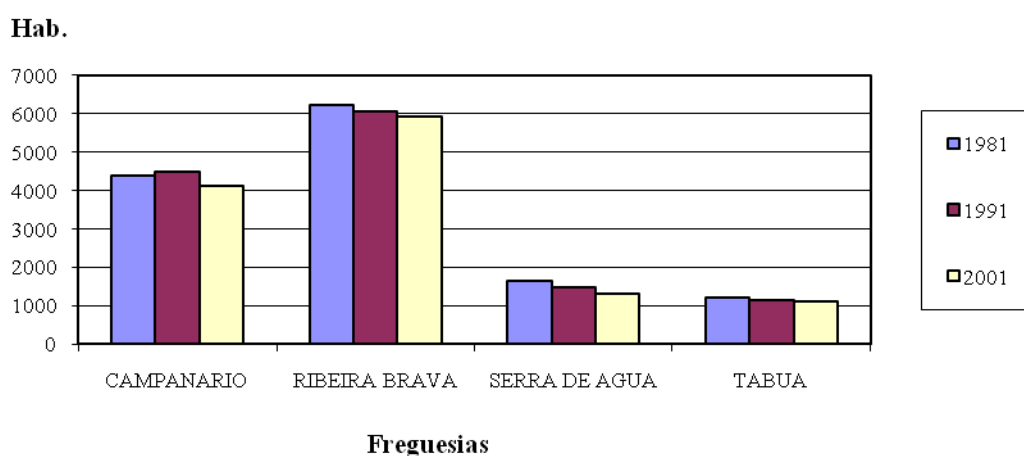


Gráfico 5 – População total por freguesia

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Pela análise do gráfico 5, concluímos que as freguesias que apresentam mais população residente são a da Ribeira Brava e a de Campanário; a Serra de Água e Tabua são as que apresentam menor população.

Todas as freguesias têm vindo a perder população ao longo das três décadas representadas, excepto Campanário, que no ano de 1991 registou um suave aumento em relação a 1981. Contudo, esta também foi a freguesia que de 1991 a 2001 perdeu mais população.

Em 1991 o concelho da Ribeira Brava tinha 13 170 pessoas residentes (5713 homens e 7457 mulheres), segundo o Recenseamento Geral da População desse ano.

A emigração foi um fenómeno que sempre acompanhou a história madeirense. Aliás, desde o seu início que toda a população é imigrante. As campanhas de África, o espírito

aventureiro, a tentativa de fuga às crises agrícolas, fizeram com que muitos madeirenses saíssem à procura de melhores condições de vida.

Nos anos de 1960 – 1970 assistiu-se, à semelhança do que aconteceu em todo o território, a uma forte corrente de emigração no Concelho, principalmente de homens. Além do objectivo tradicional, procurar melhores condições económicas, acrescia o forte motivo de “fugir à guerra colonial”.

Por este motivo, na estrutura da população, a percentagem de homens é desde há muito inferior à das mulheres, o que representa assim, um aumento da vulnerabilidade da sociedade madeirense. O número de mulheres é um dos factores que tem sido apresentado na literatura, como estando correlacionada com a falta de recursos e influência. Segundo (Bianchi e Spain, 1996) as mulheres são um grupo mais vulnerável, nomeadamente as mães solteiras e as divorciadas, devido ao baixo rendimento familiar que usufruem e pela menor capacidade de recuperação a um evento catastrófico. Hannan (2002), também considera as mulheres um grupo mais vulnerável, mas que decorre essencialmente do acesso limitado à informação, treino e iniciativas de liderança. O mesmo autor, considera a população com um grau de deficiência, uma variável determinante e que constitui um indicador da dependência de um determinado grupo populacional.

A emigração tem sido marcante na sociedade madeirense. O concelho da Ribeira Brava não foi uma excepção relativamente aos outros municípios, antes pelo contrário. A emigração tem sido uma expectativa bem viva dos seus moradores, com vista a melhorar a qualidade de vida. Ao longo dos anos, esta espécie de obsessão tem acompanhado muitos municípios. A realidade é que uns têm sido bem sucedidos e têm encontrado fortunas razoáveis. Outros porém, nos países de destino (essencialmente na Venezuela) vivem mediocrementemente.

A evolução da população do concelho não se fez de modo uniforme ao longo do tempo. Entre 1911 e 1950 há um forte crescimento, que contrasta com o período entre 1950 e 1970, no qual se verificou um forte decréscimo populacional, que se deveu fundamentalmente à emigração.

3.3.2. Estrutura Populacional

Em termos de repartição da população por grupos etários, as tabelas que seguidamente apresentamos permitem-nos tecer algumas considerações quanto à população do concelho, sua distribuição e evolução.

Tabela I - População Residente em 1981						
Freguesia	1981					
	Sexo	Total	Total			
			0-14	15-24	25-64	>64
Ribeira Brava	H	2633	690	535	1062	346
	M	3434	719	585	1602	528
Campanário	H	1964	599	419	721	225
	M	2531	549	488	1143	351
Serra de Água	H	640	187	120	237	96
	M	835	178	130	370	157
Tabua	H	476	122	74	181	99
	M	657	121	111	294	131
Total Concelho	H	5713	1598	1148	2201	766
	M	7457	1567	1314	3409	1167
	HM	13170	3165	2462	5610	1933

Fonte: INE

Pela análise da tabela 1, concluímos que residem no concelho mais mulheres do que homens em 1981. Esta tendência é perceptível, quer no total da população do concelho, onde temos 7457 mulheres contra 5713 homens, quer ao nível das freguesias, em todas elas residem mais mulheres do que homens. Esta tendência é também observada no ano de 1991.

Se atentarmos às faixas etárias, constatamos que dos 0 – 14 anos ambos os sexos apresentam valores próximos. Esta proximidade começa a esvanecer-se à medida que avançamos de faixa etária. Dos 15 – 24 anos aferimos que as mulheres aparecem em maior número, sendo que dos 25 – 64 anos essa tendência começa a ficar fortemente demarcada. Na faixa > 64 as mulheres apresentam um número considerável.

Tabela II - População Residente em 1991						
Freguesia	Sexo	Total	1991			
			Total			
			0-14	15-24	25-64	>64
Ribeira Brava	H	2601	984	393	889	335
	M	3627	942	681	1545	459
Campanário	H	1838	745	264	578	251
	M	2556	748	487	998	323
Serra de Água	H	674	239	121	217	97
	M	966	252	175	400	139
Tabua	H	477	146	65	151	115
	M	741	192	119	301	129
Total Concelho	H	5590	2114	843	1835	798
	M	7890	2134	1462	3244	1050
	HM	13480	4248	2305	5079	1848

Fonte:INE

No entanto, importa salientar que a faixa etária dos 0 aos 14 anos, no censo de 1991, apresenta um crescimento de 1084 indivíduos, relativamente a 1981. Apesar de continuarmos a verificar que nesta faixa os homens e as mulheres mantêm-se muito próximas. Enquanto, que na dos 15 – 24 anos e 25 – 64 anos na idade do trabalho, há uma muito maior diferença entre ambos os sexos. Quanto à faixa >64 continuamos a verificar a tendência registada em 1981, as mulheres aparecem em maior número.

Tabela III - População Residente em 2001						
Freguesia	Sexo	Total	2001			
			Total			
			0-14	15-24	25-64	>65
Ribeira Brava	H	2634	588	435	1267	344
	M	3307	620	443	1659	585
Campanário	H	1850	408	358	877	207
	M	2281	423	331	1123	404
Serra de Água	H	603	134	103	280	86
	M	714	120	109	325	160
Tabua	H	480	107	72	221	80
	M	625	96	92	284	153
Total Concelho	H	5567	1237	968	2645	717
	M	6927	1259	975	3391	1302
	HM	12494	2496	1943	6036	2019

Fonte:INE

Passados 10 anos a tendência mantém-se e as mulheres continuam em maior número, contribuindo desse modo para o fomento da vulnerabilidade.

O número de crianças e jovens, comparativamente a 1991 é muito inferior. As crianças dos 0 aos 14 anos diminuíram em apenas 10 anos 1752 indivíduos. Já no escalão seguinte dos 15 aos 24 anos, apesar de menos notória, verificou-se também uma descida de 362 indivíduos, apresentando-se em 2001 muito equilibrado o número de mulheres e homens. Esta tendência não se mantém na faixa etária seguinte, onde verificamos um desequilíbrio mais evidente, entre homens e mulheres.

Este facto, relaciona-se com alguns aspectos que podem explicar o facto dos homens aparecerem em menor número. Os homens têm maior tendência para se exporem a perigos desde tenra idade, desempenham na idade adulta profissões de alto risco ou, emigram em busca de melhores oportunidades.

Da análise das três tabelas anteriores concluímos que temos uma região com população relativamente jovem, mas também já com tendência para o envelhecimento, na medida em que se evidencia, claramente, a diminuição da taxa de natalidade a partir dos anos 80 (apesar de no censo de 1991 se ter verificado um ligeiro acréscimo), enquanto se verifica um aumento da esperança média de vida e, por isso, um aumento do número de idosos. Também se verifica que a população activa nos grupos dos 15 aos 24 anos é elevada, o que pressupõe uma diminuição do fluxo migratório e, por outro lado, uma taxa de natalidade ainda elevada nas décadas de 60 e 70. Ambos estes grupos são muito vulneráveis em situações de crise.

“O número de população com idade inferior ou igual a 18 anos é uma variável de grande utilidade como indicador da dependência da população. Particularmente, este é um grupo populacional que, em caso de emergência, necessita de maior apoio e, adicionalmente, possui uma menor capacidade de recuperação, sendo susceptível, quer a nível psicológico ou físico, a consequências negativas” (Enarson e Morrow, 1997).

A população com idade superior a 65 anos tem, na sua generalidade, menores recursos económicos e uma saúde mais débil. Neste contexto, este grupo populacional, é mais vulnerável perante um evento natural, por dispor de menores recursos físicos e económicos de resposta. Segundo Morrow (1999) este é um escalão etário que apresenta maior propensão a adquirir problemas de saúde em situação de acidente grave ou catástrofe e possui uma recuperação, quer física ou psicológica, mais lenta. Um outro factor de vulnerabilidade deste grupo etário, sucede da resistência à evacuação em situações de crise, uma vez que o abandono dos seus pertences é algo penoso.

3.3.3. Habilitações

A qualificação profissional da população é um factor imprescindível, para o desenvolvimento de uma sociedade competitiva, informada e crítica. Um primeiro passo para essa qualificação é a aquisição/frequência escolar, que se traduz, por sua vez, nas habilitações da população e no adquirir competências para a vida.

A região, fruto do modo como se processou o povoamento e da insularidade, entre outros aspectos, sempre apresentou nível de analfabetismo elevado, contudo, nos últimos anos temos assistido a uma maior aquisição de habilitações por parte da população e consequentemente a uma redução das taxas de analfabetismo.

Deste modo, segundo os dados que se seguem, verificamos que, quer ao nível regional, quer concelhio, a taxa de analfabetismo tem decrescido. A nível regional passou de 15,3% em 1991 para 12,7% no último censo e no concelho da Ribeira Brava, a descida desta taxa foi de 6% (em apenas 10 anos), de 27,7% em 1991 para 21,7% em 2001, o que representa uma descida muito importante. Contudo, esta é uma taxa ainda muito elevada no concelho.

Tabela IV – Taxa de Analfabetismo (%)

Área Geográfica	1991	2001
R.A. Madeira	15,3	12,7
Ribeira Brava	27,7	21,7

Fonte: INE – Recenseamentos Gerais da População

À semelhança de outras regiões, no concelho em estudo “a taxa de analfabetismo é superior nas mulheres, afectando cerca de um quarto da população feminina” (Censo de 2001).

Uma população qualificada é, como já referido atrás, uma população competitiva, informada e crítica é também uma população menos vulnerável a situações de risco. O número de população com grau de analfabetismo é uma outra variável a ter em consideração na vulnerabilidade social do território, devido à incapacidade de resposta à crise, devido à menor capacidade de recuperação, tornando-o bastante susceptível.

3.3.4. Actividades Económicas

O tecido produtivo da Região tem-se caracterizado sobretudo pelo peso considerável de "actividades tradicionais" e de carácter artesanal (ocupa um número importante de pessoas), geradoras de fracos rendimentos, como sejam, por exemplo, as inerentes à produção de bordados e obras de vime, ambos ligados ao desenvolvimento turístico e que, actualmente, se vêem confrontados com as dificuldades de integração num modelo económico competitivo.

Por toda a ilha desenvolve-se uma intensa actividade artesanal que ocupa um número importante de pessoas. Das actividades artesanais mais representativas da ilha salientam-se como atrás dissemos, o fabrico de objectos em vime e os bordados.



Figura 27 – Bordadeira, Bordado Madeira

Verifica-se uma tendência crescente do peso relativo do sector terciário na economia regional pela diminuição do sector primário e uma quase estagnação do sector secundário.

Dentro do sector terciário, as actividades de Comércio (onde se incluem os hotéis e restaurantes) e de Transportes e Comunicações, são aquelas com mais importância.

No âmbito do sector secundário é de salientar a importância relativa das "Construções e Obras Públicas", que se deve em grande parte ao esforço de investimento público dos

últimos anos, com vista à redução das insuficiências da Madeira no âmbito das acessibilidades externas e internas, actividades essas que começam também a apresentar fragilidades.

Tabela V – Distribuição da População Activa por Sectores de Actividade

Ano	1991					2001				
	Total Ribeira Brava	Campanário	Ribeira Brava	Serra Água	Tabua	Total Ribeira Brava	Campanário	Ribeira Brava	Serra Água	Tabua
Pop. Emp. Agric, silvi e pesca CAE 0	940	230	399	151	160	507	88	301	25	93
Pop. Emp. Ind, constr, energ, água CAE 1 – 4	3246	1320	1435	238	253	1846	721	810	179	136
Pop. Emp. Serviços CAE 5 – 9	1541	471	813	161	96	2593	818	1378	217	180

Fonte: INE – Recenseamentos Gerais da População

A população activa do concelho compunha-se à data do último censo (2001), por 4946 indivíduos, sendo 507 pessoas no sector primário (Agricultura e Pescas), 1846 no sector secundário (Construções e Obras Públicas) e 2593 pessoas do sector terciário (Comércio e Serviços).

Entre 1991 e 2001, observa-se um decréscimo da importância relativa da população empregada nos ramos da “Agricultura, Caça e Silvicultura e Pesca” e na Indústria. Regista-se um crescimento nos restantes ramos, denotando-se uma tendência para a terciarização da economia ribeira-bravense, o mesmo se verificando ao nível regional.

Pela análise da tabela verificamos o franco decréscimo do sector I, em 1991 essa diminuição já era notória, mas acentua-se em 2001.

Os jovens, salvo poucas excepções, fogem da agricultura e conforme os mais velhos vão perdendo as forças, os muros vão caindo e o silvado vai invadindo os poios. Aqui está outra consequência negativa do declínio da agricultura. Os poios em bom estado garantem a infiltração de grande percentagem da água da chuva e reduzem a erosão. Com a degradação dos muros de suporte os riscos de deslizamentos e desabamentos aumentam, crescendo o caudal lamacento dos córregos, ribeiros e ribeiras. O solo agrícola acaba no mar com graves prejuízos ecológicos. “ Não há peixes agricultores e terra nas guelras é morte quase certa!” (Quintal, 2003). O madeirense ao longo de séculos tem sabido criar solo arável e guarda-lo

bem guardado nos tabuleiros edificados com elevada sabedoria. Desde fajãs na base de promontórios, até aos lombos e achadas, tudo nas áreas mais baixas foi ocupado por monoculturas dependentes do mundo externo – cana-de-açúcar, vinha, bananeira – ou por uma policultura vocacionada para o consumo interno. Hoje parece estar ameaçado, embora, fruto da nova conjuntura económica pareça que alguns começam novamente a ver na agricultura uma fonte de rendimento ou de subsistência.

Este é um sector que ficou ameaçado com o surgimento das grandes superfícies, veio a fruta e as hortaliças das grandes explorações de sofisticada tecnologia e muita química. Incapaz de concorrer em preço e aparência, a agricultura vai definhando. Perde a agricultura regional, dado que menos se produz e mais se importa. Perde o ambiente pois, além da perda dos espaços verdes das culturas que em muito enriquecem a paisagem, aumenta o risco de movimentos de terras em vertentes.

No ano de 1991 é o sector II aquele que emprega em maior número a população do concelho (3246 indivíduos); já no sector terciário ocupa 1541 indivíduos, enquanto que o sector I ocupa 940.

Em 2001 a população empregada no sector I desce para 507 indivíduos, portanto perde 1092 indivíduos em relação ao ano de 1991.

Já o sector III conhece um grande aumento relativamente a 1991 (1541 indivíduos). Em 2001 este sector de actividade ocupava 2593 indivíduos, ou seja, mais 1052 indivíduos do que no Recenseamento Geral da População.

A maior parte da população activa trabalha no sector terciário. Este tem aumentado significativamente, em detrimento do sector primário, em parte resultado do aumento do turismo e da função pública. Assim e segundo os dados, verificamos que 507 indivíduos da população activa trabalhava no sector primário, 1846 indivíduos no sector secundário e 2593 indivíduos no sector terciário.

O sector terciário é um sector que foi crescendo ao longo dos anos, contudo o seu crescimento intensificou-se nos últimos 40 anos, quando assistimos claramente ao engrossar o número de indivíduos no sector III em detrimento do sector I e do sector II.

3.3.5. As Acessibilidades do Concelho

As acessibilidades na Madeira nunca foram fáceis, sempre sujeitas a grandes planos e à ousadia do madeirense que enfrentava o seu maior obstáculo, o relevo e que sempre arranjou maneira de o vencer ou pelo menos de o contornar. Esta “ousadia” traduz-se hoje, numa melhoria consubstancial das acessibilidades, em nada comparadas com as do passado.

Em tempos idos as vias de comunicação terrestre faziam-se por veredas e caminhos tortuosos, rasgavam rochas e fajãs para ligar uma localidade a outra. Contudo, a subida às montanhas era facilitada porque se traçaram caminhos pela crista das lombadas e, em muitos casos, se usaram as corsas ou os carros de madeira para transportar vários materiais. Dizia-se que a orografia da Madeira era comparável à saia de uma mulher: “a distância no cós é muito inferior à da bainha”. Assim, o caminho mais próximo para ligar as localidades era o da subida à serra e a descida numa lombada; o mais longo era percorrer os caminhos tortuosos junto ao mar.

É um facto que desde sempre se observou uma forte inter-relação entre a presença humana e os recursos existentes num determinado espaço. As primeiras manifestações de fixação humana ocorreram na estreita dependência da presença dos recursos que, segundo formas mais ou menos complexas, permitiam a satisfação das necessidades alimentares.

Com a complexificação dos sistemas económicos e sociais, verificaram-se profundas alterações nas necessidades individuais e colectivas, o que implicou ajustamentos progressivos entre as sociedades humanas e as formas de distribuição e ocupação dos territórios.

Nas sociedades contemporâneas, o crescimento populacional, a diversificação da base produtiva e das actividades económicas em geral, a crescente capacidade de intervenção sobre o meio, o domínio de novas tecnologias, a aproximação física dos espaços, os avanços das tecnologias de comunicação e informação, ou a especialização funcional, constituem exemplos de alguns dos fenómenos que mais contribuem para alterações ao nível do ordenamento do território.

A acessibilidade, tanto em termos absolutos, como relativos, desempenha um papel fundamental para o dinamismo económico e para a localização das diferentes actividades num determinado território. No entanto, também representam novos riscos.

No passado, o uso de carro de bois, era um meio de transporte muito frequente em áreas mais ou menos planas, como aquele que seguia pelo curso da Ribeira da Ribeira Brava a dentro. “Por vezes dali para cima os transportes eram bem mais difíceis e, nalguns casos,

usavam o burro para facilitar o transporte. As viagens a pé quer de uma localidade para outra, quer carregados com géneros às costas, eram muito dolorosas” (Ribeiro, J., 1998).

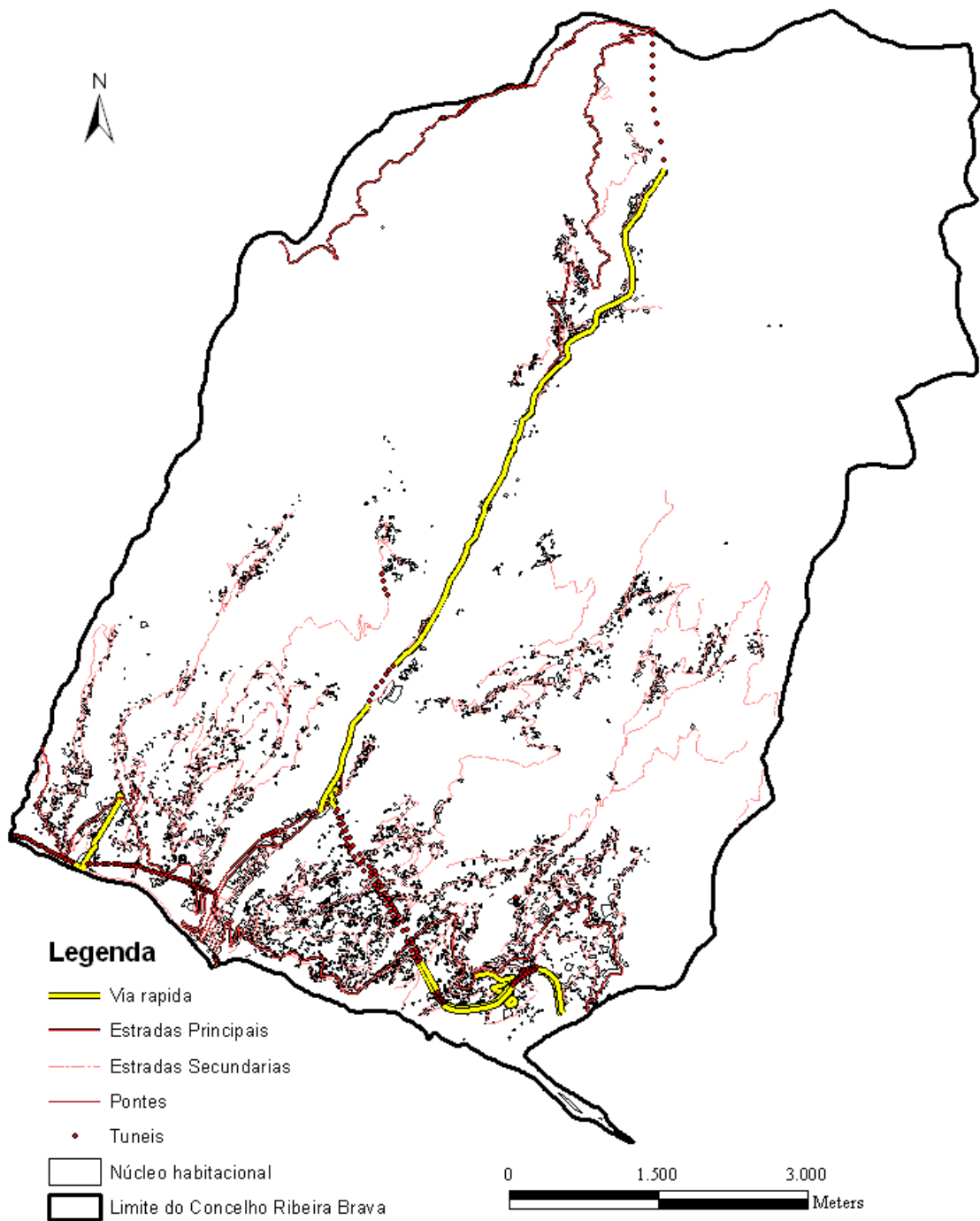


Figura 28 - Rede viária e núcleo habitacional do concelho

Para criar melhores acessibilidades, procedeu-se à construção de uma rede de estradas acessíveis ao automóvel, o que ocorreu ao longo dos anos 30 e 40 do século XX, retomando em grande parte o traçado dos antigos caminhos, que corriam a meia encosta do andar das culturas e do povoamento. Desta nova facilidade de transporte resultou uma certa

reorganização do povoamento, perdendo as antigas escalas litorais população e actividade, e aparecendo novos centros funcionais no cruzamento das estradas. A maior facilidade de circulação foi factor favorável ao crescimento do Funchal, que provocou, em contrapartida, a decadência das pequenas vilas das regiões afastadas; como exemplo temos a Ribeira Brava.

Comparativamente há trinta anos atrás, a Madeira está irreconhecível, para o bem e para o mal, bem como o concelho em análise. Estradas, pontes, viadutos e túneis. As obras públicas, financiadas com recurso à dívida pública foram o motor de desenvolvimento da região.

A via rápida é daquelas obras a que ninguém fica indiferente. Estrada construída a meio da montanha, que liga Machico ao Funchal e o Funchal a Ribeira Brava, por viadutos e túneis sucessivos. Entre a Ribeira Brava e São Vicente, também um túnel com 3km atravessa o maciço central. Assim se criaram novos riscos que até então o concelho não conhecia, bem como, para algumas populações um aumento da exposição ao risco.

A Madeira vive um “ciclo económico”, que começa a dar sinais de fraqueza. Depois dos cereais, do vinho, da cana-de-açúcar e da banana, é o ciclo do betão. Esperemos que rapidamente cesse dado o claro prejuízo para a paisagem e para a qualidade de vida.

Hoje, o concelho apresenta uma rede viária complexa como podemos ver na figura 28. São já poucos os locais onde a rede viária não chega. Claro está que ao concelho da Ribeira Brava, com a construção de novas estradas, esta rede colocou novos desafios e novos riscos que, antes, não eram conhecidos, bem como, um aumento da exposição ao risco.

As infra-estruturas são determinantes na atenuação ou amplificação das consequências de um determinado desastre de origem natural, diferenciando, por exemplo, núcleos populacionais localizados em zonas de difícil acesso e afastados das principais rotas de evacuação/emergência de outros dotados de boas acessibilidades, mesmo localizados em áreas com a mesma susceptibilidade aos riscos naturais. Redes de infra-estruturas como, estradas e pontes, que possibilitam circulação de pessoas, bens, serviços e informação, bem como dos meios de socorro e emergência, podem determinar em zonas de igual susceptibilidade, graus de vulnerabilidade diferente por parte da população.